

Ata da 35ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor

A **35ª Reunião Ordinária** do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ocorreu no **dia 13 março de 2024**, entre as 14h15 e as 17h15, na modalidade presencial e por videoconferência, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

√ **Participantes**

Membros do Comitê Gestor:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

- João Paulo Capobianco (presidente)
- Ana Amélia Campos Toni (suplente)
- Aloisio Lopes Pereira de Melo (titular)
- Érico Rial Pinto da Rocha (suplente)

Ministério das Relações Exteriores

- Liliam Beatris Chagas de Moura (titular)

Ministério da Fazenda

- Raquel Nadal Cesar Gonçalves (suplente)

Ministério da Agricultura e Pecuária

- Cleber Oliveira Soares (suplente)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

- Rodrigo Rollemberg (titular)
- Gustavo Saboia Fontenele e Silva (suplente)

Ministério de Minas e Energia

- Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (titular)

Ministério do Planejamento e Orçamento

- Leany Barreiro de Sousa Lemos (titular)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- Márcio Rojas da Cruz (suplente)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Moises Savian (titular)

Ministério dos Povos Indígenas

- Cláudia Tereza Signori Franco (titular)

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

- Pedro de Lemos Macdowell (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (titular)
- Gabriel Ferraz Aidar (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

- Luiz Drude de Lacerda (titular)

Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

- Linda Murasawa (titular)
- Flavia Witkowski Frangetto Castanho (suplente)

Organização da Sociedade Civil Organizada

- Suely Araújo (titular)
- Natalie Unterstell (suplente)

Confederação Nacional da Indústria

- Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Confederação Nacional da Agricultura

- Rodrigo Justus de Brito (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
– Contag

- Sandra Paula Bonetti (titular)
- Carlos Augusto Santos Silva (suplente)

Trabalhadores da Área Urbana

- Eduardo Armond Cortes de Araújo

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA

- Ísis Rafaela Rodrigues da Silva (titular)

Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (titular)

Outros participantes:

- Nelson Barbosa (Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos - BNDES)
- Rodrigo Martins Vieira – Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos/Secex
- Miriam Miller – Coordenadora-Geral de Fundos/Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos/Secex

√ ABERTURA

O Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Ribeiro Capobianco, abriu a reunião dando as boas-vindas aos representantes e pediu um minuto de silêncio em homenagem ao representante suplente do Ministério das Relações Exteriores, senhor Daniel Machado da Fonseca, em razão do seu falecimento. Em seguida, passou a palavra para o Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos (DFRE), Rodrigo Vieira, para verificar o quórum. Após a verificação do quórum, teve início a reunião.

√ PAUTA

A documentação referente à pauta foi enviada com o ofício de convocação, com quinze dias de antecedência, conforme estabelecido no inciso I, § 6º, do art. 14 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. **A pauta foi aprovada por unanimidade, conforme transcrita abaixo:**

Abertura e verificação do quórum

Aprovação da pauta

Aprovação da ata da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor

Apresentação e deliberação sobre o Relatório Fundo Clima MMA (recursos não reembolsáveis)

Apresentação e deliberação sobre o Relatório Fundo Clima BNDES (recursos reembolsáveis)

Apresentação e deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR 2024 (Ratificação do PAAR aprovado em agosto de 2023)

Apresentação e deliberação sobre ajustes propostos pelo Grupo de Trabalho no Regimento Interno

Informes e Conclusão

- i) Informe – andamento das discussões nos Grupos de Trabalho (DFRE/SECEX/MMA)

- ii) Apresentação Plano Clima (DPMA/SMC/MMA)

✓ DELIBERAÇÕES

✓ Aprovação da ata da 5ª Reunião Extraordinária:

O primeiro item de deliberação foi a aprovação da ata da 5ª Reunião Extraordinária. A ata havia sido enviada por correio eletrônico a todos os representantes para apreciação e eventuais contribuições. As contribuições foram compiladas pela Secretaria-Executiva do Comitê Gestor e a versão final foi enviada para validação pelos representantes. Após aprovação virtual, a ata foi encaminhada juntamente com a documentação da reunião. O Presidente do Comitê Gestor consultou os representantes se haveria alguma consideração sobre a ata e informou que a aprovação durante a reunião formaliza a aprovação virtual. Não havendo manifestação, ele colocou a aprovação da ata em votação. **Resultado: ata aprovada por unanimidade.**

✓ Relatório Fundo Clima MMA (recursos não reembolsáveis)

O Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos/MMA, Rodrigo Vieira, para apresentar o Relatório de Execução do Fundo Clima MMA 2023 (recursos não reembolsáveis). Após a apresentação, foi aberta a palavra para os representantes. A representante titular das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Suely Araújo, chamou atenção do colegiado para a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF 708, que orientou a União a se abster de contingenciar recursos do Fundo Clima. O Presidente informou que o MMA já enviou ofício ao Ministério do Planejamento e Orçamento alertando sobre essa decisão e solicitando que o orçamento do Fundo Clima na modalidade não reembolsável seja mantido. Não havendo outras manifestações, ele colocou a aprovação do relatório em votação. **Resultado: Relatório de Execução do Fundo Clima MMA 2023 aprovado por unanimidade.**

✓ Relatório Fundo Clima BNDES (recursos reembolsáveis)

Após a apresentação do Relatório do Fundo Clima MMA, o Presidente passou a palavra para o Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, para apresentar o Relatório Executivo do Fundo Clima BNDES 2023 (recursos reembolsáveis). Após a apresentação, o Presidente parabenizou o BNDES pelo relatório apresentado, que traz informações essenciais para subsidiar o colegiado nas decisões, bem como pelos resultados alcançados em 2023, com um desembolso de recursos maior do que em anos anteriores e com diversificação das instituições financeiras parceiras. A Secretária Nacional de Mudança do Clima destacou que o Fundo de Adaptação (Adaptation Fund, em inglês, parte dos mecanismos financeiros da UNFCCC) desembolsou cerca de R\$ 5 bilhões desde 2001 em todos os países em desenvolvimento, enquanto que o Fundo Clima terá disponível mais de R\$ 10 bilhões em 2024 somente para aplicação no Brasil. A representante titular do Ministério de Planejamento e Orçamento, Leany Barreiro de Sousa Lemos, pontuou que o financiamento de pequenas e médias empresas ainda é limitado, e sugeriu priorizar esses segmentos, inclusive incorporando metas de geração de emprego e renda na distribuição da carteira. Também refletiu que a concentração de financiamentos no eixo Sul-Sudeste possa resultar, em parte, da disponibilidade de crédito com juros menores nas regiões Norte,

Nordeste e Centro-Oeste, oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, operados pelos bancos regionais de desenvolvimento. A representante suplente das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Natalie Unterstell, parabenizou o BNDES por incluir a mensuração dos impactos dos financiamentos em termos de emissões de gases de efeito estufa. Observou que faltaram informações sobre o investimento em adaptação. Recomendou que em futuros relatórios sejam identificados os financiamentos relacionados com mitigação, adaptação ou ambas. Elogiou a ampliação do número de parceiros financeiros, mas questionou o processo de credenciamento dessas instituições para garantir que sigam políticas socioambientais. O representante titular dos trabalhadores da área urbana, Eduardo Armond Cortes de Araújo, comentou a concentração dos financiamentos na área de energia fotovoltaica, tendo em vista que este setor dispõe de outras fontes de financiamentos próprios como o Procel. Recomendou que, como existem outras fontes de financiamento para essa modalidade, o Fundo Clima priorize outras áreas de atuação, como florestas, reciclagem, adaptação e populações vulneráveis, que não contam com outras fontes. A Secretária Ana Toni esclareceu que a partir de 2024, as prioridades do MMA são florestas e bioeconomia, bem como financiamento de projetos de adaptação. A representante titular do BNDES, Tereza Campello, lembrou que muitos dos financiamentos que constam do relatório foram protocolados antes da publicação do PAAR de 2023 e que refletem a demanda. Mas, a partir da ampliação dos recursos em 2024, estão sendo planejados eventos de divulgação das áreas de atuação do Fundo Clima em todas as regiões, especialmente Norte e Nordeste. O Presidente solicitou o apoio do colegiado na divulgação do Fundo e das linhas prioritárias. O representante suplente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – Contag, Carlos Augusto Santos Silva, reforçou a necessidade de apoiar os potenciais tomadores de recursos na elaboração técnica de projetos, e que as organizações ligadas à agricultura familiar tenham condições de apresentar projetos ao Fundo Clima. A Secretária Ana Toni sugeriu que o MMA e o BNDES preparem material de divulgação do novo Fundo Clima e envie aos representantes, para que possam compartilhar em seus fóruns. A representante titular do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Linda Murasawa, também parabenizou o BNDES pelo trabalho executado, e recomendou a ligação dos financiamentos ao conceito de uma transição justa. Também recomendou que sejam identificados no Brasil os locais mais críticos em termos de mudança do clima, para priorizar a destinação de recursos. O Presidente informou que no âmbito do Plano Clima serão estabelecidas as diretrizes relacionadas à justiça climática. Não havendo mais inscrições, o Presidente colocou o Relatório Fundo Clima BNDES em votação. **Resultado: Relatório de Execução do Fundo Clima BNDES 2023 aprovado por unanimidade.**

√ Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR 2024

O Presidente lembrou aos membros do colegiado que o PAAR foi aprovado em agosto de 2023 já com a indicação das áreas de aplicação dos recursos em 2024, em razão da alocação de recursos dos Títulos Soberanos Sustentáveis emitidos pela República no Fundo Clima. Portanto, a avaliação na 35ª Reunião Ordinária seria para ratificar aquela deliberação. Em seguida, passou a palavra ao representante titular do MMA, e Diretor de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação da SMC, Aloisio Melo, para apresentar o PAAR. O representante lembrou que em 2023 foi feito um exercício pelo MMA em conjunto com o BNDES para adequar as linhas de ação do Fundo Clima às prioridades do Governo Federal na atual gestão. Informou que o documento apresentado em 2024 reflete as linhas aprovadas em 2023, com alguns pequenos

ajustes a serem apresentados. Em seguida, passou a palavra ao seu suplente, o Coordenador-Geral de Mitigação e Proteção da Camada de Ozônio, Érico Rocha, para apresentar o Plano. O Coordenador-Geral apresentou inicialmente informações sobre a publicação de uma portaria do Ministério de Planejamento e Orçamento, no dia 11 de março, que cancelou parte da dotação orçamentária dos recursos não orçamentários do Fundo Clima. Com o cancelamento, o valor disponível para fomento a projetos é de R\$ 3.890.369. Portanto, o MMA recomendou a alteração do texto referente à destinação dos recursos não orçamentários para contemplar seis dos projetos do Edital 1/2023, seguindo a ordem de classificação aprovada pelo Comitê Gestor na sua 5ª Reunião Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2023, bem como pagar parcela restante de operação aprovada no exercício de 2023. Também pontuou que o cancelamento de dotação reduziu o valor disponível para remuneração do agente financeiro. O valor disponível após o corte é de R\$ 6.266.144,00. Essas alterações serão incluídas no PAAR a ser publicado após aprovação do Comitê. Em seguida apresentou ao colegiado os pequenos ajustes feitos na descrição das Finalidades 3 e 5 apoiadas com recursos reembolsáveis. Após a apresentação, o Presidente abriu a palavra aos representantes. O representante titular dos trabalhadores da área urbana, Eduardo Armond Cortes de Araújo, informou o movimento sindical fez um esforço para discutir seu papel em relação aos impactos da mudança do clima e à transição justa. Concluíram que um dos principais papéis é de resistir quando os efeitos forem injustos e afetarem a vida dos trabalhadores e participar na discussão tendo em vista a democratização de informações e proteção a setores e populações afetadas social e economicamente. O outro papel seria buscar envolver o movimento sindical nas discussões sobre o tema. Após ler o PAAR, o movimento sindical preparou um documento com o posicionamento daquele segmento sobre o Plano e fizeram sugestões – a sugestão principal é a definição de um percentual de 30% dos recursos para populações e setores mais afetados e não privilegiados pela lógica do Mercado e que o PAAR deve ter claramente o tema de Justiça Climática no documento. O Presidente agradeceu o representante e elogiou o documento encaminhado, que é consistente e será um subsídio para aprimoramento do PAAR. A representante titular das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Suely Araújo, sugeriu que o documento seja discutido nos dois GTs criados para discutir a modalidade reembolsável e a modalidade não reembolsável. O representante titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg, elogiou a aderência do PAAR à nova política industrial, especialmente relacionada a serviços de descarbonização. Apontou que será um desafio aumentar a produção industrial reduzindo emissões, e que o PAAR apresenta linhas de atuação aderentes com o novo modelo priorizado pelo Governo Federal. A representante suplente do Ministério da Fazenda, Raquel Gonçalves, solicitou uma pequena alteração no texto do PAAR, incluindo na primeira linha do segundo parágrafo da parte 2, a palavra “também”, para deixar claro que os recursos da Fonte 1444 que serão destinados ao Fundo Clima são oriundos dos títulos soberanos sustentáveis, além de outros títulos. O Presidente acolheu a sugestão e informou que será inserida no texto do PAAR. Em seguida, passou a palavra ao representante suplente do Ministério da Agricultura e Pecuária, Cleber Oliveira Soares, que recomendou que sejam priorizados projetos de adaptação, e que haja uma maior divulgação das ações do Fundo. A Secretária Ana Toni informou que o MMA e o BNDES estão planejando um processo de divulgação do Fundo Clima em todo o País a partir do repasse dos recursos ao Banco, e que as informações sobre esse processo serão repassadas aos representantes. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao representante titular da Confederação Nacional da Indústria, Mário Cardoso, que fez uma consideração sobre a Finalidade 5 – Florestas Nativas e Recursos Hídricos,

apontando que há poucas áreas de atuação relacionadas aos recursos hídricos. Sugere incluir dessalinização e reuso de água, pensando no aspecto de adaptação, e levar essa discussão para o GT de Recursos Reembolsáveis. A representante titular das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Suely Araújo, solicitou que fosse registrada em ata novamente a importância de priorizar recursos da modalidade não reembolsável para projetos na área de adaptação à mudança do clima. Não havendo mais inscritos, o Presidente colocou em votação a aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR 2024. **Resultado: Plano Anual de Aplicação de Recursos 2024 aprovado por unanimidade.**

√ Ajustes propostos pelo Grupo de Trabalho no Regimento Interno

O Presidente passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Fundos, Miriam Miller, para apresentar as alterações ao Regimento Interno sugeridas pelo Grupo de Trabalho formado para essa finalidade em agosto de 2023, e também pelo MMA. Após a apresentação, ele abriu a palavra para os representantes se manifestarem. O representante indicado pela Presidência da República, mas ainda não designado por portaria do MMA, Diogo Victor Santos, solicitou esclarecimento sobre a interpretação do inciso VII do art. 2º do Regimento Interno, que lista as competências do Comitê Gestor: “VII – discutir e sugerir critérios e formular planos de monitoramento climático com propostas de indicadores para projetos”. O presidente solicitou que a Secretaria Executiva do Fundo Clima verifique se esse texto se origina na Lei ou no Decreto de criação do FNMC e traga a informação para o colegiado avaliar na próxima reunião. Não havendo mais considerações, o presidente colocou em votação o ajuste no texto do regimento interno propostos pelo Grupo de Trabalho e pelo MMA. **Resultado: Proposta de ajuste no Regimento Interno aprovado por unanimidade.**

Após a conclusão da pauta de deliberações, o Presidente passou a palavra à Secretária Ana Toni, para apresentar o andamento do processo de elaboração do Plano Clima. Ela destacou que o Plano deverá balizar o fomento pelo Fundo Clima e solicitou que o Aloisio Lopes, representante titular do MMA, fizesse uma apresentação com informações sobre o processo. Após a apresentação, a representante titular das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Suely Araújo, solicitou que a apresentação fosse encaminhada aos representantes. A representante suplente das Organizações da Sociedade Civil Organizada, Natalie Unterstell, sugeriu que o Plano oriente a elaboração do próximo PAAR, e que o colegiado possa contribuir para o Plano Anual de 2025. Também manifestou preocupação com a otimização da alocação de recursos do Fundo Clima, com a identificação de prioridades e a destinação de recursos para áreas que não contam com outras fontes de financiamento. A representante titular do Ministério de Relações Exteriores, Liliam Beatris Chagas de Moura, parabenizou o MMA pela liderança na elaboração do Plano Clima, e ressaltou que essa iniciativa é muito importante para demonstrar o compromisso do País que sediará a COP em 2025 com a agenda climática. Em seguida o Presidente passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Fundos, Miriam Miller, para relatar o andamento dos três grupos de trabalho formados no âmbito do Comitê Gestor em 2023. Após relatar sobre as reuniões realizadas, ela informou que em breve os grupos de trabalho relativos aos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis retomarão suas reuniões.

√ **ENCERRAMENTO**

Não havendo mais a tratar, a reunião foi concluída às 17h15.